



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

Título: **EXECUÇÃO DA GALERIA DOS OUVIDORES DO TRE/MS**

CAPITULO I - DO OBJETO.

1. O OBJETO consiste em: Fornecimento de todo material e mão de obra necessários para execução da Galeria dos Ouvidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, conforme detalhamento de projeto executivo e memorial descritivo.

a) A galeria será instalada no saguão principal da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de MS, Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Campo Grande, MS

2. Fazem parte deste Termo de Referência:

a) Anexo I - Memorial Descritivo e Projeto Executivo.

3. A Contratada deverá ainda incluir na sua proposta de preços todos os custos necessários para as adaptações (instalações elétricas, iluminação, construção civil, forro, etc.) e recomposições (pintura, piso, forro, etc.) necessárias para instalação da galeria, de modo que o ambiente seja entregue com todos os acabamentos necessários e possíveis, considerando as características atuais do prédio e do serviço projetado.

4. Todos os técnicos da equipe da contratada, que irão participar da execução dos serviços aqui envolvidos, deverão possuir capacidade técnica necessária, cada um na sua área, que deverão ser aplicadas no desenvolvimento dos serviços que ora se contrata.

5. Justifica-se a presente contratação de criação de galeria com a finalidade de homenagear os ex-Ouvidores que atuaram na Ouvidoria Regional Eleitoral desde sua criação em 2010.

CAPITULO II - DO PREÇO E REGIME DE CONTRATAÇÃO.

1. O Regime de Contratação é o EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e o valor orçado pelo TRE/MS junto ao mercado, e que é o preço máximo para esta licitação, é de R\$ 51.898,80 (cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

2. Logo, deverão as Licitantes incluir em suas propostas todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, adaptações na infraestrutura, diárias, plotagens e outros que compõem sua tabela de custos), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CAPITULO III - DA VISTORIA TÉCNICA.

1. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do Edital e Termo de Referência, **SEND O ALTAMENTE RECOMENDÁVEL** vistoriar o local do serviço, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

a) a recomendação para se realizar a Vistoria Técnica se deve pelo fato do regime de contratação se realizar por preço global, onde a contratada deverá levantar todos os custos necessários para perfeita execução do objeto, considerando os projetos executivos e memorial descritivo anexos a este Termo de Referência, bem como **TODAS AS CARACTERÍSTICAS EXISTENTES ATUALMENTE NO AMBIENTE ONDE SERÁ INSTALADA A GALERIA, PARA QUE SE POSSA MENSURAR O CUSTO DE TODAS AS ADAPTAÇÕES E RECOMPOSIÇÕES NECESSÁRIAS PARA ENTREGA PERFEITA DO SERVIÇO, INCLUSO TODOS OS ACABAMENTOS.**

2. Os licitantes poderão vistoriar os locais onde serão instaladas as galerias, para inteirar-se das condições e graus de dificuldades existentes, até o dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia do titular da Coordenadoria de Engenharia (COENG) ou de seu respectivo substituto, com agendamento pelos telefones (67) 2107-7221 ou (67) 2107-7194 ou, ainda, pelo e-mail: coeng@tre-ms.jus.br.

3. Ao licitante que vistoriar os locais de instalação das galerias, será emitido o **ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**.

4. Considerar-se-á o **CONTRATADO** como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Termo de Referência, mas implícitos e necessários à perfeita e completa elaboração dos projetos e instalação da galeria.

CAPITULO IV - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

1. A licitante deverá apresentar **ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL**, emitido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que comprove que a empresa promoveu a execução de projeto de design de interiores em ambientes com área de, no mínimo, 50m², em um único ambiente, vedada a soma de atestados de serviços realizados em locais diversos.

a) Entende-se por execução de projeto de design de interiores a realização de obras e/ou a execução de serviços constantes em projeto previamente elaborado por profissional habilitado.

b) A critério do Pregoeiro e para fins de diligência, poderão ser requisitados a cópia do projeto de design, o contrato da prestação dos serviços constantes no atestado encaminhado, além de fotografias do ambiente no qual foram realizadas as obras/serviços. Tais documentos serão requestados em prazo determinado no Edital de Licitação, motivo pelo qual a licitante deverá dispor antecipadamente dos referidos documentos.

c) É de responsabilidade da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado.

d) O Tribunal Regional Eleitoral de MS, através de sua equipe técnica, poderá realizar diligências in loco para verificação da veracidade do Atestado de Capacidade Técnica fornecido pela licitante.

CAPITULO V - DOS SERVIÇOS.

1. Os serviços contratados, resumidamente, envolvem os Itens abaixo relacionados, os quais resultarão no

produto final (galeria), que foi minuciosamente detalhado nos projetos executivos e memorial descritivo, além das adaptações e recomposições necessárias que também deverão ser executados pela contratada:

- a) Serviços de Marcenaria: painéis com lâminas de madeira, conforme especificado em projetos executivos e memorial descritivo;**
- b) Serviços de Iluminação: iluminação da galeria de madeira através de fita de LED, conforme especificado em projetos executivos e memorial descritivo;**
- c) Molduras: moldura em madeira com acabamento em laca fosca e painéis de vidro, quantitativo suficiente para preencher todas as posições das galerias (inclusive posições vagas), conforme especificado em projetos executivos e memorial descritivo;**
- d) Serviços de Impressão: impressão digital colorida a laser de fotografias em papel especial couche brilho 250gr/m2, conforme especificado em projetos executivos e memorial descritivo;**
- e) Serviços de Vidraçaria: Porta de vidro temperado cristal incolor 10mm encaixado em moldura de madeira, conforme especificado em projetos executivos e memorial descritivo;**
- f) Metais: Letras Caixa em aço inox escovado instalados nas galerias, conforme especificado em projetos executivos e memorial descritivo;**
- g) Acabamentos, Acessórios, Adaptações e Recomposições: acabamento e acessórios em geral, adaptações (instalações elétricas, iluminação, construção civil, forro, etc.) e recomposições (pintura, piso, forro, etc.) necessários para instalação da galeria, de modo que o ambiente seja entregue com todos os acabamentos necessários e possíveis, considerando as características atuais do prédio e do serviço projetado.**

CAPITULO VI - DESENVOLVIMENTO DAS ETAPAS E ENTREGA DOS SERVIÇOS.

- 1.** A coordenação geral de todas as atividades será atribuída ao profissional indicado pela contratada, devendo o mesmo primar pela perfeita execução dos serviços necessários, integrando-os para evitar erros, falhas, incoerências e ambigüidades.
- 2.** Durante a execução do serviço ou até mesmo após a sua entrega, caso sejam identificadas necessidade de correções, reparos, complementações ou quaisquer outros serviços pertinentes ao objeto descrito neste Termo de Referência, e tenham sido caracterizados pelo TRE/MS como falha ou omissão durante a execução, a contratada deverá corrigir os serviços correspondentes, sem qualquer ônus para o TRE/MS, em um prazo máximo de 7 dias, ou outro que a fiscalização vier a determinar.
- 3.** O Recebimento definitivo dos serviços não isenta a empresa de realizar, a suas expensas, qualquer necessidade de correção, complementação ou alterações caracterizadas como falhas ou omissões da execução.
- 4.** A Contratada e seu responsável técnico respondem perante o Contratante por todos os serviços ora contratados, cumprindo e fazendo cumprir todos os prazos estabelecidos, devendo ainda interagir com sua equipe técnica de forma a obedecer ao determinado neste Termo de Referência;

CAPITULO VII - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 1.** A fiscalização, acompanhamento e orientação dos serviços contratados ficarão a cargo da Coordenadoria de Engenharia (COENG) e Assessoria de Comunicação e Cerimonial (ASCOM).
- 2.** A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, podendo inclusive exigir mudanças na concepção do projeto, sempre que entender que o layout apresentado possa não ser o ideal para o TRE,

desde que devidamente justificado;

3. A fiscalização terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique transferência de responsabilidade sobre a execução da mesma, a qual será única e exclusivamente de competência da empresa ou pessoa física contratada;

4. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada serão mantidas prioritariamente por intermédio da Fiscalização;

5. A fiscalização anotará em registro próprio as falhas detectadas e demais informações que julgar conveniente emitindo as respectivas Ordens de Serviço (O.S) ou Ofícios, encaminhados por meio de correio eletrônico;

6. À Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do Ofício ou Ordem de Serviço.

CAPITULO VIII - DO PRAZO DE EXECUÇÃO.

1. Os prazos relativos à execução dos serviços são os seguintes:

a) Prazo para início de execução dos serviços: **imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;**

b) Prazo para a entrega final do objeto contratado: **até 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Serviço autorizando o início das atividades;**

2. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e entrega dos serviços, poderão ser deferidas pela autoridade competente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93;

CAPITULO IX - DOCUMENTOS PARA PAGAMENTO.

1. Deverão acompanhar a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos:

1.1. CND - INSS, ou a Certidão Negativa de Débitos Relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Ministério da Fazenda);

1.2. CRF – Certidão de Regularidade do FGTS (Caixa Econômica Federal), caso a apresentada na licitação esteja vencida;

1.3. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

1.4. DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELO SIMPLES, caso a empresa seja optante;

2. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

3. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%$, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

4. O pagamento da última parcela ficará vinculado ao Recebimento Definitivo (emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço), conforme Capítulo XIII.

CAPITULO X - FORMA DE PAGAMENTO

1. Os serviços aqui contratados poderão ser divididos em 02 (duas) parcelas, que serão pagas no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados a partir da apresentação pela contratada de todos os documentos elencados no Capítulo IX e do ateste da Nota Fiscal pela Fiscalização, que o fará após análise dos serviços entregues.

2. Para efeitos de execução e pagamento das parcelas, será obedecido a seguinte proporção, desde que cumpridos os requisitos especificados no Capítulo V para as etapas abaixo:

a) Entrega dos Serviços de Marcenaria, conforme especificado no Capítulo V, item 1, alínea "a": **60% do valor total da contratação;**

b) Entrega do restante dos serviços: **40% do valor total da contratação;**

CAPITULO XI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar os serviços na forma e prazos determinados neste Termo de Referência, sem prejuízo do acompanhamento da execução dos serviços pela Fiscalização.

2. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ofício ou Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização.

3. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e fazendo cumprir o estabelecido neste Termo de Referência.

4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

5. Responsabilizar-se perante sua equipe técnica por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços, bem como arcar com as despesas decorrentes do deslocamento de seus técnicos à Sede do TRE/MS.

6. Executar as etapas dos serviços nos prazos estabelecidos, e ainda, concluir todo o objeto contratado dentro do prazo total fixado, salvo se adiantar os serviços.

7. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir o desenvolvimento dos projetos dentro da mais perfeita técnica e sempre obedecendo às recomendações das normas vigentes.

8. Manter, durante todo o prazo de execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. Comunicar à fiscalização, por escrito, do término dos serviços.

10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

11. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

12. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

13. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;

14. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

14.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

15. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

CAPÍTULO XII - DOS CRITÉRIOS DE SIMILARIDADE.

1. Todo material empregado na execução dos serviços será de primeira qualidade. Serão rejeitados os materiais que não se enquadrarem nas especificações contidas nos projetos executivos, memorial descritivo e Capítulo V deste Termo de Referência.

2. A utilização de materiais similares aos especificados, só poderá ser feita **MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO**, devidamente registrada, podendo a fiscalização solicitar, sempre que entender necessário, a comprovação da similaridade por meios documentais ou amostras.

3. No descumprimento das especificações previstas nos projetos executivos, memorial descritivo e no Capítulo V, poderá o fiscal determinar à contratada, mediante Ofício, a retirada imediata, do local de instalação, de todos os materiais que estejam em desacordo, ficando a contratada na obrigação de arcar com todos os ônus advindos da irregularidade, e ainda, ficando sujeita as penalidades previstas em contrato.

CAPÍTULO XIII - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Fornecer à Contratada todas as informações solicitadas, e requerer alterações/correções para posteriormente aprová-los.

2. Requisitar o fornecimento dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.

3. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

4. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

6. Efetuar o pagamento das parcelas após a apresentação da Nota Fiscal e demais documentos exigidos no

Capítulo IX.

CAPITULO XIV - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

1. Findo o objeto contratado, o serviço será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da empresa contratada;
- b) DEFINITIVAMENTE por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em prazo não superior a 10 (dez) dias e observado o disposto no arts. 69 e 76 da Lei 8.666/93.

CAPÍTULO XV - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

1. Na concepção dos projetos e especificações em geral devem ser considerados os seguintes requisitos:

- a) Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- b) Utilização de andaimes preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização;
- c) Os materiais e equipamentos a serem utilizados nas edificações devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental;
- d) Utilização de revestimentos impermeáveis e antipoluentes nos ambientes internos, de fácil limpeza e que favoreçam o conforto térmico e acústico das edificações.

2. Nos projetos elétricos e de iluminação adotar-se-ão as seguintes soluções:

- a) Uso de lâmpadas de LED de alta eficiência energética, qualidade e durabilidade, e luminárias eficientes.

Diogo Campos dos Anjos

Analista Judiciário – Engenheiro Civil
Integrante Demandante e Técnico

Marcos dos Santos Gomes

Integrante Administrativo - SLC

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DOS SANTOS GOMES, Técnico Judiciário**, em 26/01/2023, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO CAMPOS DOS ANJOS, Coordenador(a)**, em 26/01/2023, às 11:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1383136** e o código CRC **8CBBC923**.

0008101-74.2022.6.12.8000

1383136v2